

**CISÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS EM 1822/1825**  
**GEOECONOMIA E DINÁSTICA NA FUNDAÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL**

*Gilberto de Abreu Sodré Carvalho*

**Resumo:** *No primeiro quarto do século XIX, havia duas redes de interesses econômicos relacionados às oportunidades brasileiras. Uma com seu eixo principal no Rio de Janeiro e a segunda centrada em Lisboa. Elas se sobrepunham, mas mantinham suas identidades. Defende-se que a independência política do Brasil foi decorrente de sua prévia autonomia econômica que foi seguida por um pacto dinástico. Tal pacto antecipou a parte maior do patrimônio dinástico de D. João VI em favor de D. Pedro. O resultado foi a fundação do arcaico Império do Brasil.*

**Abstract:** *In the first quarter of the XIX century, there were two networks of economic interests related to Brazilian economic opportunities. One with its main hub in Rio de Janeiro and another centered in Lisbon. They overlapped each other, but they kept their identities. It is argued that the political independence of Brazil was due to its previous economic autonomy which was followed by a dynastic pact. Such pact advanced the greater part of D. João VI's dynastic patrimony in favour of D. Pedro. This outcome was the foundation of the archaic Empire of Brazil.*

**O Império português no final do Setecentos**

Durante o século XVIII formaram-se duas redes no aproveitamento econômico das oportunidades americanas, por conta do ouro, dos escravos e do açúcar, de um lado. E, de outro, pela atividade produtiva interna americana. As duas são interligadas e muitas vezes se sobrepõem. A identificação de cada rede pode ser feita pela prevalência da iniciativa de provocar o fluxo produtivo e perceber, de volta, a maior parte do proveito de retorno. As redes podiam ser: (i) *mais* brasileiras, no sentido de seus interesses se voltarem para alguma ligação com a economia interna do Brasil; e (ii) outras *mais* portuguesas, que assumem a mentalidade metropolitana e o desprezo pelo enraizamento colonial.

No final do século XVIII, há tendência de cisão no sistema de parcerias e relações de suprimentos em operação no Brasil ou motivadas pelas oportunidades

econômicas americanas.<sup>1</sup>

As redes econômico-financeiras e comerciais metropolitanas consolidam-se pela identificação com a dominação portuguesa. Houve a avaliação aristocrática de poder-se tirar proveito dos domínios do ultramar, sem mudar-se nada. As redes brasileiras desenvolveram-se com a atividade econômica interna, ou seja, a indústria pequena e clandestina e o comércio dos tropeiros, e o contrabando.

A arrogância e a miopia da alta nobreza portuguesa e, em seguida, o patrimonialismo do rei D. José, com o marquês de Pombal, e da rainha Dona Maria I, levam à intransigência. Nega-se aos coloniais o desenvolvimento da economia interna privada, bem como o seu poder na economia externa envolvendo recursos locais<sup>2</sup>.

A Coroa assume-se passada para trás pelos coloniais e se centra na específica dominação e monitoramento do que lhe parece dela, e o é juridicamente, e para ela usar da forma e quando entender. Isto posto, a possível e então alvissareira continuidade econômica entre Portugal e Brasil é desfeita por razões políticas. Ou seja, a economia interna, reprimida mais que nunca, se mantém, se torna mais invejada e mais marginal.

Assim, do século XVIII para o século XIX, a economia interna brasileira é inibida fortemente por Lisboa. Suas potencialidades são restringidas, ainda que se mantenha vigorosa. A Coroa portuguesa tinha ficado em situação difícil. O aumento das suas rendas a partir do seu espaço americano dependia de maior liberdade para a economia interna colonial. Isso representaria aceitar-se uma colônia ainda mais rica que a metrópole.

\*\*\*

Um possível reino do Brasil vinha sendo cogitado, de antes, ao tempo da sucessão do rei D. Sebastião, em 1580.<sup>3</sup> Em seguida, na primeira metade do

<sup>1</sup> Fragoso, Bicalho e Gouvêa, 2001; Furtado, 2006; Fragoso, Almeida e Sampaio, 2007; Hespanha, 2010; Gouvêa, 2010.

<sup>2</sup> ver a obra geral de Jorge Caldeira, como por exemplo Caldeira, 2017, páginas 97 a 101.

<sup>3</sup> D. Felipe II de Castela e Aragão (que viria a ser D. Filipe I de Portugal) ofereceu um possível reino do Brasil ao Duque de Bragança, em troca do apoio desse último à sucessão portuguesa pelo Habsburgo espanhol. Esta oferta ocorreu nos tempos em que o cardeal-rei D. Henrique agonizava, no final do século XVI. Ao mesmo tempo histórico, D. Antonio, Prior do Crato, pretendente ao trono em disputa com D. Filipe, recebeu a sugestão firme de certo D. Pedro da Cunha, antepassado do famoso D. Luís da Cunha, para instalar-se no Brasil como rei. D. Antonio não o quis. D. Pedro da Cunha era o Capitão do Porto de Lisboa, e por tal, capaz de embarcar o Prior do Crato para o Brasil, com todos os que o quisessem acompanhar. No Brasil, reinaria como rei

século XVIII, o rei D. João V, bisavô de D. João VI, é aconselhado pelos seus conselheiros a mudar-se para o Rio de Janeiro.<sup>4</sup>

A mudança de *status* da América portuguesa só se dá em 1808, com a vinda forçada da rainha Dona Maria I e do príncipe regente D. João, com todo o seu governo e corte.<sup>5</sup> Em resumo, a Coroa escolheu, enquanto lhe foi possível, restringir e limitar, em lugar de favorecer a interação econômica e a liberdade capitalista. Em 1808, o Rio de Janeiro passa a ser a sede das redes econômico-financeiras e comerciais do Império português. A vinda da Corte traz o realinhamento das redes econômico-financeiras e comerciais no Brasil: as metropolitanas e as da nossa terra.

### **De rebelião a pacto dinástico: o Império do Brasil**

A partilha do Império português pode ser vista, no final do processo, em 1825, quando do Tratado do Rio de Janeiro, como resultado de uma sucessão antecipada e parcial do patrimônio dinástico bragantino. De início, em 1822, D. Pedro, Príncipe Regente do Reino do Brasil, rebelou-se contra o estado português, então dominado pelos políticos e não mais operado pelo seu pai, D. João VI. Houve uma reviravolta, com o retorno de D. João VI ao poder absoluto. E, por tal e tanto, a independência do reino do Brasil transmuda-se em uma questão dinástica.

No meio tempo, não havia confirmação da aceitação internacional do prospectivo novo Império do Brasil. Aquilo que era um estado nacional de fato tinha de compor-se como um estado formalmente reconhecido. Sem isso, o comércio e as garantias securitárias sobre o mesmo comércio ficavam incertas.

Assim, o processo sucessório brasileiro foi anacrônico no seu desfecho, em 1825. Só se tem notícia de partilhas do tipo, na Idade Média, como no caso dos filhos de Carlos Magno e dos três filhos de Afonso III, o Grande (848-910), rei de Leão, Galícia e Astúrias. A partilha do Império português é aceita pelas potências europeias, como um continuísmo ao seu gosto monárquico, em lugar de repúblicas sem compromisso com a ordem europeia.

A cessão feita, em família, por D. João VI ao filho D. Pedro, ao mesmo tempo em que garantiu as nossas enormes reservas de espaço físico, significou o afastamento do capitalismo industrial que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, e aqui também poderia se manifestar.

Deu-se o seguinte.

---

de Portugal. Esses fatos e considerações estão em Southey (1981, volume 1: 228-229).

<sup>4</sup> D. Luís da Cunha foi um conhecido aconselhador do rei D. João V para uma mudança da sede do Império português para o Rio de Janeiro (Furtado, 2010:380).

<sup>5</sup> Boxer, 1963:279.

De volta a Lisboa, D. João VI tinha pouco poder, uma vez que fora despossado do mando pelos políticos constitucionalistas. A pressão dos portugueses reunidos em Assembleia Constituinte, no início da década de 1820, para a recondução do Brasil à sua antiga condição de colônia, apressou dramaticamente a separação definitiva do então Reino do Brasil. Os deputados brasileiros enviados para, em minoria, discutir e votar a constituição, que objetivava cassar definitivamente o poder régio, são humilhados em Lisboa. Por tudo isso, o Brasil independente se viabiliza no coração e na mente da sua elite econômica e política, especialmente a sediada no Rio de Janeiro, no quadro de um projeto monárquico centrado no recôncavo da Guanabara.

D. Pedro vai resistindo, como pode, por demorados meses. A sorte o ajuda. Logo em maio de 1823, em Portugal, com a insurreição na Vila Franca de Xira, a “Vilafrancada”, conduzida pelo Infante D. Miguel<sup>6</sup>, é dissolvida a Constituinte portuguesa. Depois de obter a submissão de D. Miguel, D. João VI restaura-se com poderes absolutistas. Nessas novas condições, D. João VI é capaz de garantir a sucessão em favor de D. Pedro como uma sucessão dinástica, o que ficou patente com o Tratado do Rio de Janeiro de 1825, nos seus artigos 1º ao 5º, em especial, e nos demais. A data de 29 de agosto de 1825, a do Tratado, é a do reconhecimento internacional da existência formal do Império do Brasil.

**Art. 1º:** Sua Majestade Fidelíssima reconhece o Brasil na categoria de Império independente, e separado dos reinos de Portugal e Algarves; e a seu sobre todos muito amado, e prezado filho dom Pedro por imperador, cedendo, e transferindo de sua livre vontade a soberania do dito Império ao mesmo seu filho, e a seus legítimos sucessores. Sua Majestade Fidelíssima toma somente, e reserva para a sua pessoa, o mesmo título.

**Art. 2º:** Sua Majestade imperial, em reconhecimento de respeito e amor a seu augusto pai, o senhor dom João VI, anui a que Sua Majestade Fidelíssima tome para a sua pessoa o título de imperador.

**Art. 3º:** Sua Majestade imperial promete não aceitar proposições de quaisquer colônias portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil.

**Art. 4º:** Haverá d’ora em diante paz e aliança, e a mais perfeita amizade entre o

---

<sup>6</sup> D. Miguel, irmão mais moço de D. Pedro, foi rei de Portugal. Guerreou contra D. Pedro. Era um adepto do absolutismo monárquico. Até hoje em Portugal, as pessoas interessadas em história ou são a favor de D. Pedro, a que chamam de D. Pedro IV, ou tomam partido de D. Miguel. O atual pretendente ao trono português, D. Duarte, é descendente patrilinear de D. Miguel, sendo sua pretensão política baseada no fato de D. Miguel ter sido filho genealógico, ainda que provavelmente não filho genético, de D. João VI.

Império do Brasil e os Reinos de Portugal e Algarves, com total esquecimento das desavenças passadas entre os povos respectivos.

**Art. 5º:** Os súditos de ambas as nações, brasileira e portuguesa, serão considerados e tratados nos respectivos estados como os da nação mais favorecida e amiga, e seus direitos; e propriedades religiosamente guardadas, e protegidas; ficando entendido que os atuais possuidores de bens de raiz serão mantidos na posse pacífica dos mesmos bens.

Fato é que a colcha de retalhos oligárquicos que era a América portuguesa, após confrontos e contrariedades nas províncias do norte e nordeste, se reporta à nossa nova Lisboa: a cidade do Rio de Janeiro<sup>7</sup>. Caso se intentasse um modelo republicano, certamente haveria uma dispersão de estados soberanos e uma demora do processo de reconhecimento internacional. Observe-se que o Reino do Brasil já era uma entidade política prévia, sendo agora apenas transformado em Império do Brasil.

\*\*\*

Em 1822, com confirmação em 1825, pelo Tratado do Rio de Janeiro, acontece a autonomia política e patrimonial com relação aos recursos brasileiros. Nasce o Império do Brasil e um Império português remanescente muito menor em importância geoeconômica.

Nele, a cultura e a geopolítica lisboeta reflorescem na Coroa bragantina tropical e nos mercadores e produtores brasileiros voltados para o mercado externo. Na verdade, o velho Portugal tem sua continuação na América. Não por acaso, é o ramo brigantino principal, com D. Pedro, que assume o Brasil. A indisposição com a liberdade capitalista permanece. A herança imaterial monárquica portuguesa é continuada, em duplicidade, na prévia parte americana do patrimônio imperial português.

Era na América que Portugal teria condições de progredir. A antiga sede europeia estava destroçada tanto pela indigência econômica como pelas movimentações modernizantes frustradas.

No Império do Brasil, a mentalidade das redes nos moldes do Império

<sup>7</sup> Como se tem em Sodré (1986), o Império português, desde o começo do século XVIII, foi um sistema político-econômico secundário em relação ao Império britânico. Quando se inaugura o Império do Brasil, este será do mesmo modo subordinado ao Império britânico. Neste quadro, a nossa “nova Lisboa”, a cidade do Rio de Janeiro, manterá sua sujeição a Londres, como a velha Lisboa europeia o fizera.

português prevalece sobre aquela da economia interna privada. Isto é, a ideia de só domínio e de exploração, ou seja, do uso do poder e não do trabalho e esforço prevalece sobre a mentalidade criativa do empreendedorismo privado colonial. O modernismo do visconde de Mauá é também um fenômeno dependente da parceria com o estado.

### Conclusão

Com o Império do Brasil, o sistema de conquista, ou de cima para baixo, se fortalece com a manutenção da escravatura, da agricultura e mineração de exportação, do comércio a grosso e da inibição política do povo. Frustram-se as expectativas de crescimento de baixo para cima anunciadas durante longos anos, tendo como exemplo os Estados Unidos da América.

O século XIX brasileiro vai até 1930, ao menos.

Nesse tempo, reafirmou-se a condução pelos governantes e agentes públicos dos processos econômicos e a imposição da parceria governamental à iniciativa privada. De tudo se toma conta, porque tomar conta e dar soluções sempre é bom: dá dividendos e ganhos significativos no plano do poder; ainda que incomum a apropriação de dinheiro vivo.

Os meios para tomar conta e impor parceria são variadíssimos: licenças, imposição de parceiros em projetos, concessões, contratações diretas e licitações forçadas, perdões, permissões, convênios, remissões, alvarás, mercês, parcelamentos de dívidas, legislação favorável, empréstimos generosos. Quem domina são as redes de inspiração histórica lisboeta capitaneando os empreendimentos e dando preferência ao grande comércio e às rendas públicas feitas com base nesses interesses e sua dinâmica.<sup>8</sup>

Durante todo o século XIX, e mesmo até a Revolução de 1930, houve a confirmação do domínio dos espaços físicos brasileiros como territórios ocupados economicamente. No tempo da secessão, havia cerca de  $\frac{3}{4}$  do Brasil para ocupar-se efetivamente.<sup>9</sup> Esse imenso espaço tinha de ser “territorializado”, no sentido da Geografia, de cima para baixo e não na liberdade da economia interna, ou seja, pela iniciativa privada. O possível capitalismo industrial sempre amedrontou o arcaísmo político.

O Brasil era um oceano a vencer e usar, em moldes semelhantes aos oceanos ocupados pelos portugueses nos séculos XVI e XVII. O Império do Brasil era país disperso social e economicamente, a ser ocupado dentro da lógica de conquista mercantilista e não na possível estratégia alternativa da agricultura

<sup>8</sup> Faoro, 1976 v. 2:437.

<sup>9</sup> Moraes, 2009:112.

livre, da manufatura e do comércio que vinha sendo testada com sucesso pelos empreendedores sertanejos e das pequenas vilas.

\*\*\*

É sem dúvida difícil saber o que ocorreria se a América portuguesa se fragmentasse em várias repúblicas independentes. Esses estados concorreriam e dariam exemplos bons uns aos outros? Quem sabe, sem os Bragança seria melhor para os povos brasileiros? Haveria industrialização efetiva em alguns deles durante o século XIX?

Aqui não havia carvão mineral em abundância e qualidade. Quanto ao ferro, ele sozinho, não era suficiente para provocar e sustentar uma revolução industrial.<sup>10</sup> Mas teria sido possível o desenvolvimento a contar da agricultura livre, com terras entregues a quem as quisesse lavrar.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOXER, Charles Ralph. *A Idade do Ouro do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil – Cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017, pp.95 a 101.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*, São Paulo: Editora Globo, 2012.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos – A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio – A Interiorização da Metrópole e do Comércio Nas Minas Setecentistas*. 2ª. edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

---

“O Oráculo Que Sua Majestade Foi Buscar”: D. Luís da Cunha e a Geopolítica do Novo Império Luso-Brasileiro. In FRAGOSO,

<sup>10</sup> Moog, 1985:44-45.

João; GOUVÊA, Maria de Fátima (organizadores). *Na Trama das Redes – Política e Negócios no Império Português, Séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *Redes Governativas Portuguesas e Centralidades Régias no Mundo Português, c. 1680-1730*. In FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (organizadores). *Na Trama das Redes – Política e Negócios no Império Português, Séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HESPANHA, António Manuel. *Antigo Regime nos Trópicos? Um Debate Sobre o Modelo Político do Império Colonial Português*. In FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (organizadores). *Na Trama das Redes – Política e Negócios no Império Português, Séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros - 15ª edição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia Histórica do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *As Razões da Independência, 4ª edição*. São Paulo: Difel, 1986.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil. 3 volumes*. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1981.